

ARQUITETURA E PREVENÇÃO DO CRIME: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CRIME E EDIFICAÇÕES NA CIDADE DE MARÍLIA/SP

SIQUEIRA, Marcos Tadeu Boldrin¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar o produto da análise do delito patrimonial no município de Marília, SP, sob a perspectiva dos efeitos que os ambientes residencial e comercial exercem no comportamento humano. Longe de se prestar como a “fórmula mágica” para a solução plena dos problemas que se acumulam na segurança pública, por óbvio, trata-se de uma aproximação entre conceitos aplicados no mundo arquitetônico da prevenção criminal e sua justa utilização para os fins aos quais foram concebidos, contribuindo para a positiva sensação de segurança das pessoas, ocupantes ou meros usuários do equipamento arquitetônico.

Palavras-chave: Prevenção criminal. Arquitetura. Município. Polícia.

Abstract: This article aims to present the product of analysis of financial crime in the city of Marília, SP, from the perspective of the effects that the residential and commercial environments have on human behavior. Far from giving as the "magic formula" for the full solution of the problems that accumulate in public safety, by obvious, this is an approximation between concepts applied in the architectural world of the criminal prevention where is introduced the idea that an appropriate environmental design and its fair use only for the purposes for which it was designed are contributing to the positive feeling of safety of persons, occupants or mere users of architectural equipment.

Key words: Criminal prevention. Architecture. Municipality. Police.

Introdução

A reivindicação de políticas públicas de contenção criminal, respaldadas pelas próprias polícias, detentoras do poder de emprego da força pelo Estado, é aclamada pela sociedade acuada pelo medo e pela insegurança, na busca de seu próprio bem-estar.

Existe uma cultura geral, no que tange à prevenção da criminalidade, que acredita

¹ Capitão de Polícia Militar e discente do Curso de Mestrado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, no Centro de Altos Estudos de Segurança “Cel PM NELSON FREIRE TERRA”, da Polícia Militar do Estado de São Paulo. E-mail: mtbolrin@gmail.com, boldrin@policiamilitar.sp.gov.com.br e marcos@mosaicoweb.com.br. Artigo decorrente da dissertação de mesmo nome, para fins de titulação de Mestre em Ciências de Segurança e Ordem Pública.

quase exclusivamente nas ações de Polícia como forma única de reversão dos índices de violência e insegurança enfrentados pela população brasileira. No entanto, em se tratando do espaço urbano, seja público ou privado, verifica-se, por vezes, algumas características que podem vir a facilitar ou a induzir à prática de diversos delitos, havendo poucos estudos em nível nacional a respeito de como essa influência ocorre.

Partindo-se de elementos da Arquitetura na Prevenção Do Delito (APD), é possível a sistematização das iniciativas destinadas a tornar o delito mais difícil de ser perpetrado e, assim, menos provável, na medida em que se defende melhor o alvo (objetos e/ou pessoas) do ato lesivo e, portanto, desenvolvendo políticas públicas que estimulem a ação correta de pessoas e o estabelecimento de controle dos facilitadores: é neste segundo caso que emerge o estudo.

Segundo Rolim (2006), são “as oportunidades que ‘criam’ o crime”: nesse sentido, o presente trabalho se dedica à prevenção situacional do delito, atuando contra o de oportunidade, portanto.

A contribuição se dá na medida em que os conhecimentos dos diversos atores sociais, consolidados na sua interdisciplinaridade, se interagem no campo da segurança pública, tornando-se unos e, assim, ocupando lugar comum, de forma a transformar o que era tácito em explícito, especificamente ao Policial Militar que tem por missão, dentre tantas outras, a de pedagogo da cidadania, nos próprios dizeres do educador e especialista em Psicopedagogia Clínica, Ricardo Balestrieri (2012).

A arquitetura como elemento de prevenção ao delito é uma realidade subjacente graças ao olhar mais treinado sob a ótica da segurança pública e uma análise mais detida sobre os locais vitimizados para que tudo se junte e a bússola se mostre em sua excelência, orientando o trajeto a seguir, mais livre e sem as amarras de um mapa que, per se, limitariam o profissional interessado em preservar seu cliente, seja alguém do ramo arquitetônico ou da engenharia, seja do ramo da segurança.

O tema deste trabalho monográfico está inserido na área de concentração Ciências Sociais e Estratégicas Institucionais, na subárea de concentração de Políticas e Práticas Institucionais e à linha de pesquisa Políticas Institucionais, apontando esta proposta para a oportunidade de ampliação da tecnologia policial, diminuindo o impacto das ameaças, conjugando forças e diminuindo fraquezas, na medida em que se aproxima da população e de representantes governamentais, somando esforços e apresentando soluções que visem a redução dos recursos investidos pelo Estado, com base no reordenamento gerencial urbano. Nesse diapasão é que se estruturou o citado trabalho.

Objetivos

Essencialmente, o escopo último foi o da propositura de uma análise dos fatores arquitetônicos intermitentes que influenciam, de forma positiva ou negativa, a prevenção primária, esclarecendo e despertando a consciência para a correlação entre a arquitetura e

a prevenção do delito nas edificações residenciais e comerciais do município de Marília, SP, reconhecendo a influência do nível de preocupação nesta prevenção já no momento da idealização e desenvolvimento de projetos na cidade de Marília, SP, ou, em edificações já existentes, como orientações de adaptações, sob a perspectiva das ações de polícia ostensiva, percebendo quais as informações que estão disponíveis aos Policiais Militares para servirem como vetor público nesse segmento junto à Comunidade.

A busca é a de tornar o conhecimento e o expertise do Policial Militar disponível à toda comunidade, já que, nos dizeres de Gambaroni (2009):

o processo e arte de criar, organizar, aplicar e transferir conhecimento com o propósito de facilitar o entendimento situacional e a tomada de decisão para uma correta e oportuna ação [...] dá suporte ao aprendizado organizacional e aos processos de inovação e aperfeiçoamento a aplicação do capital intelectual na busca dos objetivos institucionais. Seus processos garantem que os produtos e serviços gerados sejam relevantes e precisos; sejam fornecidos no momento adequado; sejam úteis aos comandantes e tomadores de decisão; e permitam a realização da ação mais adequada e no momento oportuno (GAMBARONI, 2009: 48).

No presente estudo, sugeriu-se referenciais de melhoria na prevenção da ocorrência de delitos graças a alterações nas características do planejamento em equipamentos arquitetônicos, especificamente nos comercial e residencial, que, se não observadas, podem gerar facilidades para a ocorrência do fato criminoso no seio social.

A relevância do tema assume importante papel dentro das políticas públicas de segurança quando se observa a propensão de um número muito grande de pessoas para a prática de delitos: é isso o que afirma uma pesquisa realizada pelo Dr. Steve Albrecht, da Brigham Young University's School of Business (EUA) (CROWE, 2000), quanto à honestidade do público em geral: 30% do público em geral furtará ou será desonesto regularmente e, mais 30% do público em geral furtará ou será desonesto dependendo da situação ou risco: um total de 60% de praticantes potenciais de ações criminosas que podem ser evitadas. Importante ressaltar que, com base nas relações entre o ser humano e o ambiente que o cerca, haverá sempre reações psicológicas antagônicas entre usuários normais de um determinado local e os potenciais delinquentes presentes. Isto é, condições ambientais que fazem o usuário normal se sentir seguro, farão o potencial delinquente se sentir inseguro para a prática nociva. Por outro lado, as condições de insegurança para o usuário normal proporcionarão sensação de segurança ao delinquente, para possíveis ações delitivas (CROWE, 2000).

Isso leva à constatação de que, estando as informações afins aos princípios da Arquitetura na Prevenção do Delito (APD) disponibilizadas aos Policiais Militares, a arquitetura pode ser um fator positivo no que tange à segurança patrimonial, já que pode inibir a prática de delitos de oportunidade. Daí a importância do presente estudo.

Metodologia

O ponto de partida adotado foi delineado com apoio no “expertise” do Centro De Altos Estudos De Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra” e se lastreia em dois ângulos articulados de análise: o primeiro é dado pela capacidade de produzir conhecimento sobre os rebatimentos, no território, das alterações ocorridas na dinâmica e na estrutura das edificações que se destinam a se servirem como residências unifamiliares e comerciais. O segundo diz respeito à compreensão das dinâmicas dos próprios comportamentos de cada um dos Policiais Militares que atua diretamente no atendimento operacional, além de seus impactos na alteração do conhecimento tácito de cada um desses profissionais em explícito, plenamente disponibilizado a toda comunidade. Por conseguinte, o trabalho abrangeu dois campos de análise: o da arquitetura na prevenção delituosa e o do conhecimento do próprio Policial Militar.

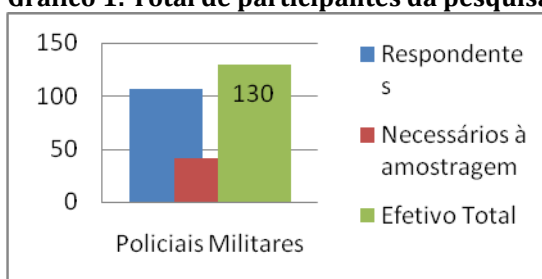
Foram adotados quatro conjuntos de procedimentos metodológicos, visando fornecer insumos para ajustes simultâneos de uma modelagem final para a delimitação e o desenho idealizado para fins de políticas públicas:

1. O aprofundamento do conhecimento e do detalhamento da hierarquia e morfologia do crime patrimonial praticado contra residências e comércios com base na atualização dos dados fornecidos pelo 9ºBPM/I, sendo sua principal finalidade a de indicar, no território mariliense, os principais perfis estruturadores de análise segundo a centralidade de sua inserção na dinâmica delituosa, articulada com os níveis de complexidade funcional;
2. O estabelecimento de hipóteses de alvos predefinidos pelo estudo dos dados, cujas consistências foram verificadas pela avaliação dos Boletins de Ocorrências Policiais Militares (BO/PM), ferramenta oficial para registro histórico e minucioso de todo processo delituoso, com a análise de atualização das variáveis escolhidas, de forma a aproveitar o conhecimento das relações e das visões diversas (Policiais Militares e comunidade) aplicadas ou propostas;
3. O estudo pormenorizado do perfil do Policial Militar que atua no município, consoante ao seu conhecimento nos conceitos da Arquitetura na Prevenção do Delito (APD), consoante à visão geral que possui do tema abordado em pesquisa de campo realizada junto ao efetivo local, resultando em análise comportamental descritiva;
4. A definição de uma cartela mínima de variáveis aplicadas ao total dos equipamentos arquitetônicos, de forma a identificar grupos edificados vitimizados com comportamento estatístico semelhante, em relação às variáveis consideradas, por meio de análises e tratamentos estatísticos específicos em relação a determinados temas, a saber: localização dentro do território em estudo, características do entorno, tipo de atividade desenvolvida, tipologias arquitetônicas por atividade, sempre com a visão de contribuir na delimitação de uma proposta de segurança, e;

5. A pesquisa² realizada pelo Departamento Penitenciário (DEPEN), da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Paraná (SEJU), cujo foco era o de verificar e analisar o comportamento de 287 internos do sistema prisional daquele Estado da Federação para fins de Avaliação Criminológica frente ao crime contra o patrimônio.

Quanto à amostragem dos Policiais Militares, seu universo na cidade de Marília, SP, estava fixado em 227 (duzentos e vinte e sete), sendo 189 Policiais Militares existentes (cargos preenchidos) e, considerados os regularmente afastados(59) no mês de novembro de 2.012, somente 130 no pleno exercício das funções operacionais, assim distribuídos: 47 na 1ª Companhia Policial Militar (1ªCia PM), 31 na 3ª Companhia Policial Militar (3ªCia PM) e 52 na 5ª Companhia Policial Militar (5ªCia PM).

Gráfico 1: Total de participantes da pesquisa



Fonte: Secretaria do 9ºBPM/I e Pesquisa sobre Segurança Pública

Obteve-se, conforme o gráfico acima, a amostra de 106 Policiais Militares entrevistados, portanto, atingindo plenamente o previsto estatisticamente para a validação do estudo, segundo o cálculo com o emprego da fórmula de Stevenson (apud REZENDE, 1998: 15).

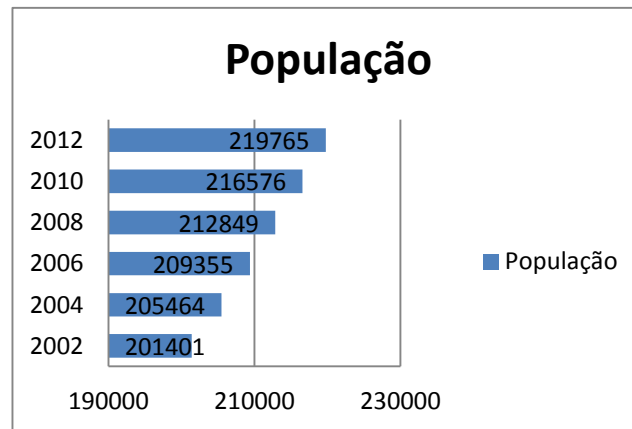
A opção pelo município de Marília, SP, localizado a 443 km da capital do estado paulista, de porte médio e população com forte característica migratória, conforme gráfico abaixo, se deu pelo seu perfil (FELIX, 2001: 7)³:

A cidade de Marília, apesar de relativamente nova, já sofreu variações demográficas muito significativas. É uma cidade típica de migração (nos dois sentidos: emigração e imigração) que não apenas transfere pessoas, mas problemas, necessidades, valores e expectativas, e por espaços diversos, que tanto podem dar ao indivíduo boas condições de vida como uma série de problemas. Portanto, esse espaço de estudo é, na atualidade, produto de duas migrações: a proveniente de e para outras regiões (Estados e Municípios) e da migração intra-urbana.

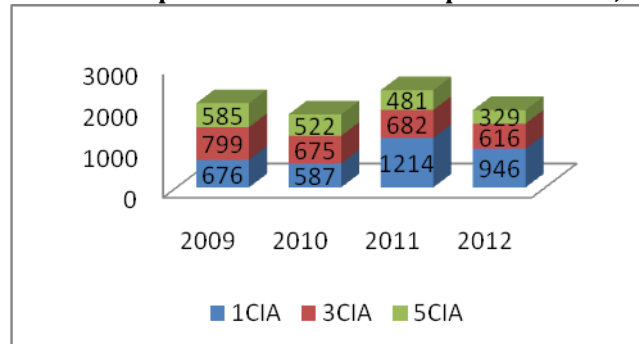
Além da população provinda de grandes centros, Marília exerce forte atração nos municípios vizinhos. Enquanto para o período de 1940-91, o Município teve um crescimento populacional de 133%, seus vizinhos tiveram uma perda considerável de população: Pompéia (distante cerca de 30km) decresceu 69,29%, e Gália (distante cerca de 45km) decresceu 42,45%. Apenas Garça (cerca de 34 km) não ficou com um saldo negativo, aumentando sua população em 24,19%.

2 Sem citação de datas.

3 Ver relatório científico:http://www.levs.marilia.unesp.br/GUTO/relatorios/relat_geral_pesquisa_1.pdf

Gráfico 2: Evolução populacional do município de Marília**Fonte: SEADE⁴**

Em que pese o município não se caracterizar como metrópole, possui todas as características necessárias à análise do comportamento criminal urbano sob o enfoque da Arquitetura na Prevenção do Delito (APD), especificamente nos delitos ditos patrimoniais, apresentando variação intempestiva para mais e para menos nos seus números, caracterizando uma somatória anual respectiva de 2.060, 1.784, 2.377 e 1.891 para os anos de 2009 a 2012 conforme expresso na figura abaixo e separados por Companhias de Polícia Militar, todas atuantes no município:

Ocorrências patrimoniais no município de Marília, SP**Fonte: CAP⁶**

Para que se legitimasse essa amostra representativa, optou-se pela média na parametrização das edificações comerciais e, no caso das residenciais unifamiliares, pela moda, sendo que, no primeiro caso, das edificações comerciais, foram representativas as Lojas (de forma geral, uma vez que os relatórios e BO/PM não especificam detalhadamente o perfil deste equipamento), seguidas dos Bares e Restaurantes e dos

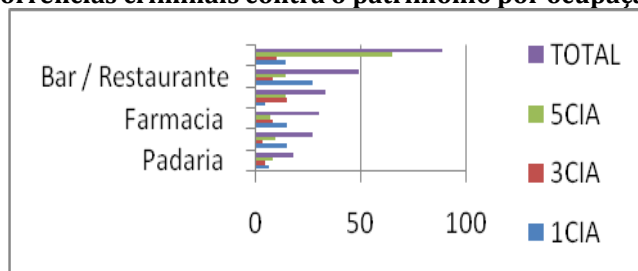
4Disponível em:<<http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=tabela>>. Acessado em 22 de janeiro de 2013.

5 Dados fornecidos pela Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP) da Secretaria do Estado de São Paulo para os Negócios da Segurança Pública em data de 05 de janeiro de 2012, além do disponibilizado no sítio: <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados.aspx?id=329>>. Acesso em 02 de janeiro de 2013.

6 Idem.

Mercados, conforme segue:

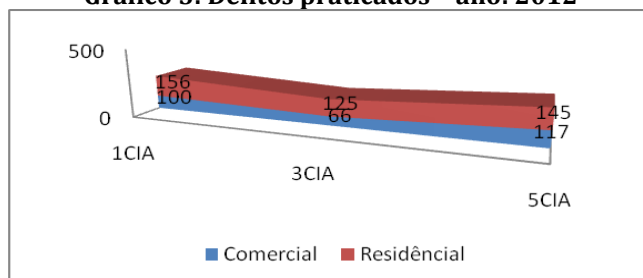
Gráfico 4: Ocorrências criminais contra o patrimônio por ocupação – ano: 2012



Fonte: Seção de Operações do 9ºBPM/I

Cabe salientar a quantidade de delitos patrimoniais comerciais ante os residenciais, respectivamente em 283 e 426 casos, dando ampla margem superior a estes últimos, conforme abaixo:

Gráfico 5: Delitos praticados – ano: 2012



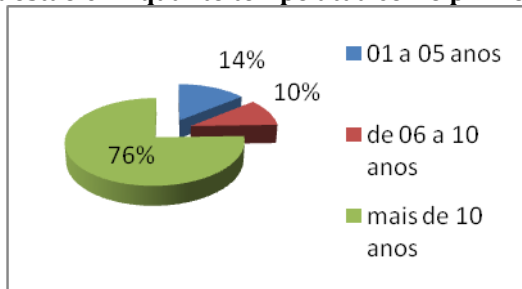
Fonte: Seção de Operações do 9ºBPM/I

Escolhidos os perfis edificatórios, coube entender quais os conceitos afins à Arquitetura na Prevenção do Delito (APD) eram do conhecimento dos Policiais Militares atuantes no município de Marília, SP, e em qual nível estavam sendo aplicados na região.

A arquitetura na prevenção do delito (APD) e os policiais militares do município de Marília, SP

Pesquisa aplicada⁷ junto aos Policiais Militares locais evidenciou que o seu perfil profissional predominante era o de Soldados de Polícia Militar (69%), com formação completa no ensino médio (51%), do sexo masculino (85%), idade média entre 31 e 40 anos (41%), entre 11 e 20 anos de serviços prestados na Instituição (51%), dos quais 76% atuam somente no município de Marília, SP, há mais de 10 anos.

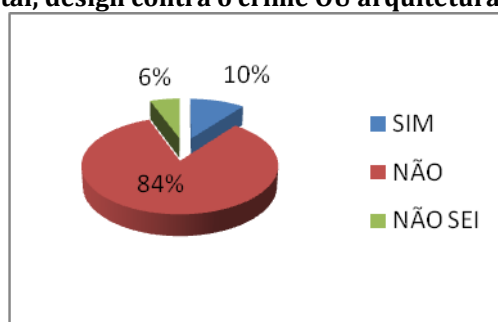
Gráfico 6: Visão geral - Questão 01: “quanto tempo atua como pm no município de Marília, SP”



Fonte: dados da pesquisa

Informou ser capaz em orientar o cidadão comum caso seja consultado pela população (em serviço ou em folga) sobre as condições de segurança da região em que trabalha ou reside (77%), além de também orientar na melhoria das condições de segurança das edificações (92%), alegando já ter ouvido falar que a arquitetura e o urbanismo podem contribuir para a prevenção do delito (56%), sem, no entanto, ter ouvido falar nas escolas ou correntes específicas da arquitetura no combate ou prevenção do delito (84% nunca ouvir falar deles), consoante ao fato de não ter conseguido citar quaisquer das designações formalmente adotadas (97% não soube responder).

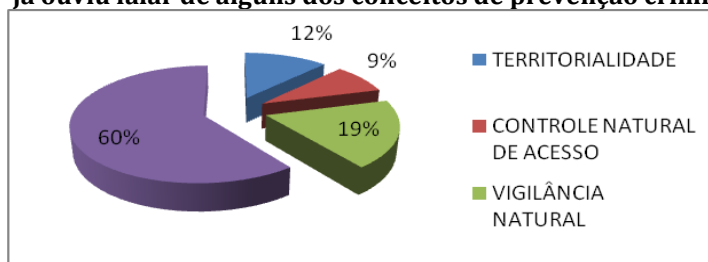
Gráfico 7: “já ouviu falar nos termos arquitetura contra o crime, cpted, prevenção do crime através da arquitetura ambiental, design contra o crime OU arquitetura na prevenção criminal”



Fonte: dados da pesquisa

Associado a isso, 60% desconhece qualquer um dos princípios adotados nessa filosofia, em que pese a concordância de que a prevenção primária possui efeitos mais duradouros e de maior produtividade (80%), que deve ser incentivada (93%).

Gráfico 8: “já ouviu falar de alguns dos conceitos de prevenção criminal abaixo”



Fonte: dados da pesquisa

Com base nessas informações, passou-se ao conhecimento dos fundamentos da Arquitetura na Prevenção do Delito.

Bases teóricas da arquitetura na prevenção do delito (APD)

A temática da Arquitetura Aplicada à Prevenção Criminal (AAPC) é conhecimento relativamente novo no Brasil.

De forma incipiente, Elizabeth Wood, socióloga americana, sugeriu padrões na arquitetura que, em sua obra *Housing Design: a Social Theory*, lança a semente do que

viria a ser chamada de “Crime Prevention Through Environmental Design” (CPTED), no ano de 1961, dividindo o título de precursora com a antropóloga, também americana, Jane Jacobs; esta, na obra “Morte e vida de Grandes Cidades”, cita os dois precedentes conceitos que fundamentam o “Crime Prevention Through Environmental Design” (CPTED): a vigilância natural e a identidade territorial (COULQUHOUN, 2004: 324), cujos estudos originais se basearam no modelo estímulo-resposta, orientando-se com base na proposição primeira de que o organismo aprende graças à aplicação de condicionantes do próprio ambiente.

Com Newman (1973) colocou-se ênfase em características específicas do desenho, cabendo-lhe uma extensa discussão da criminalidade relacionada com a forma física da habitação com base na análise dos dados criminais. A teoria do “Broken Windows”, apresentada por James Q. Wilson e George L. Kelling, em 1982 (BONDARUK, 2007: 35), também explorou essa mesma percepção.

Cabe salientar que esses elementos são os mesmos já adotados em diversos países, tais como a África do Sul, Austrália, Estados Unidos da América, Canadá, Chile, Cingapura e Nova Zelândia (BONDARUK, 2007: 33 a 35).

No tocante à terminologia, um ajuste: segundo Amaro (2005: 10), o CPTED é um “conjunto de ações e medidas com o objetivo de diminuir a probabilidade de ocorrência de delitos e aumentar a sensação de segurança, através de intervenções no desenho urbano”. Justamente nessa perspectiva é que o crime passa a ser considerado como fruto da relação com as diversas e múltiplas atividades nas ruas e no bairro, sendo seu foco, nesse sentido, estritamente ligado à temática urbanística, não a arquitetônica. Já na dissertação desenvolvida, optou-se pela adaptação dos elementos afins ao CPTED, uma vez que, originariamente, o CPTED destina-se ao estudo urbanístico e não dos equipamentos arquitetônicos, como cuidadosamente empregados nessa dissertação, e; além disso, a definição mais ampla não se deteria estritamente à conduta tipificada como crime, mas também a qualquer comportamento indesejado e que se caracterize como fora dos padrões de conduta normalmente adotados, englobando os diversos tipos de transgressões sendo que, nesse sentido, o termo “delito”, conforme expresso por Sacconi (2001), é o que melhor se adequa à sua amplitude: “Ato humano voluntário que a lei estabelece como ofensivo ao direito e à moral; [...] ato humano voluntário que a lei estabelece como ofensivo ao direito e à moral”, indo além do previsto para os tidos como crimes.

Diante do exposto, o termo passou a ser adotado como Arquitetura na Prevenção do Delito (APD), cuja definição dada é a do conjunto de ações e medidas cujo objetivo é o de diminuir a probabilidade de ocorrência de delitos e aumentar a sensação de segurança pelas diversas intervenções nos equipamentos arquitetônicos e o entorno estritamente a si vinculado.

Uma intervenção mais ampla, cujo foco seja o quarteirão, o bairro ou a própria

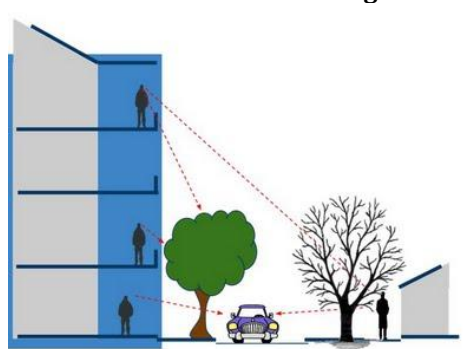
cidade passa a ser alvo de outra definição que adote a terminologia urbanística no seu conceito e, por conseguinte, em sua definição.

Com base na teoria postulada por Ron Clarke (apud ROLIM, 2006), na qual “uma parte considerável dos crimes é cometida por conta de uma situação interpretada como favorável pelos delinquentes”, adotaram-se as denominadas estratégias ambientais (orientadas ao ambiente), fundadas em quatro princípios (CROWE, 2000), cujo desempenho contribui para a criação de espaços seguros.

Vigilância Natural

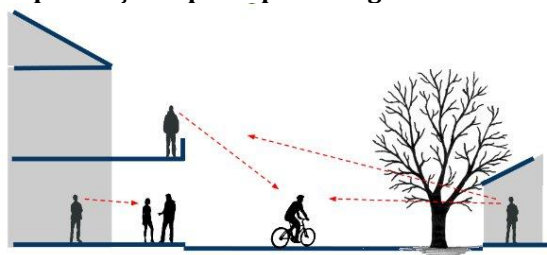
Considera que a concepção de um espaço pode facilitar a capacidade de “ver e ser visto” por outras pessoas: a alta visibilidade de um local aumenta a possibilidade de controle social por seus usuários e, por conseguinte, reduz a possibilidade de que os atos ilícitos nele ocorram.

Esquema 1: Ausência DO PRINCÍPIO de vigilância natural 1



Fonte: Blog “Segurança Patrimonial”⁸

Esquema 2: presença do princípio da Vigilância natural 1



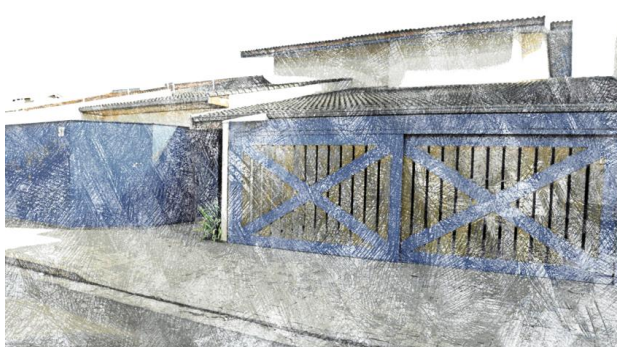
Fonte: Blog “Segurança Patrimonial”⁹

Como comparação, as imagens abaixo mostram que a aplicação de tal princípio, semelhante a todos os demais afins à APD, independem de alto investimento, sendo o trabalho realizado com mera atenção do projetista.

8Disponível em
:<http://1.bp.blogspot.com/x70fq_fSYog/TdMAftxGKgI/AAAAAAAAALkc/zmH6ftxJqV0/s400/CPTED.jpg>.
Acesso em 12 de outubro de 2012.

9Disponível em
:<<http://1.bp.blogspot.com/hrVvppZKw5k/TdMBFBrRmCI/AAAAAAAAALkg/y4kk4gc5EvI/s400/CPTED.jpg>>.
Acesso em 12 de outubro de 2012.

Fotografia 1: AUSÊNCIA DE VIGILÂNCIA NATURAL 2 – residência (Zona Sul)



Fonte: autor

Fotografia 2: PRESENÇA de VIGILÂNCIA NATURAL 2 – residência(zona norte)



Fonte: o autor

Reforço Territorial

Voltada a incentivar o controle social em um ambiente, o reforço territorial é a estratégia que define uma zona vulnerável em razão de seu abandono: uma edificação sem uso e com a qual ninguém se preocupe, geralmente, propicia sua decadência, devido à falta desse controle. Reforçar o sentimento de adesão dos habitantes contribui na destinação e utilização correta e cuidadosa do espaço. Conforme preconizou o geógrafo de origem chinesa Yi-Fu Tuan (apud DINIZ, 2003), durante exposição acerca de seus dois novos conceitos:

[...] **topofilia** representa o sentimento de afeição em relação a determinados lugares, “um elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (Tuan, 1980:5). Em contraposição, a **topofobia** representa a aversão a determinados lugares. A percepção é fundamental ao processo de construção de **topofilias** e **topofobias**, representando tanto resposta mecânica dos sentidos aos estímulos externos, como uma atividade proposital, na qual certos fenômenos são ressaltados e registrados, enquanto outros preteridos ou totalmente bloqueados[...] (apud DINIZ, 2003)

Fotografia 3: ausência de Reforço territorial – Estádio municipal (Centro)



Fonte: autor

Fotografia 4: presença de Reforço territorial 1 – residência(Zona Sul)



Fonte: o autor

Controle Natural de Acesso

Contribui para a sua segurança na medida em que impossibilita o acesso de uma pessoa desconhecida a um determinado ambiente sem que seja percebida por alguém: trata-se de uma estratégia de controle social sobre os acessos a um determinado espaço.

Fotografia 5: Ausência de controle natural de acesso 1 – BAR E RESTAURANTE¹⁰ VISTA EXTERNA (Zona Norte)



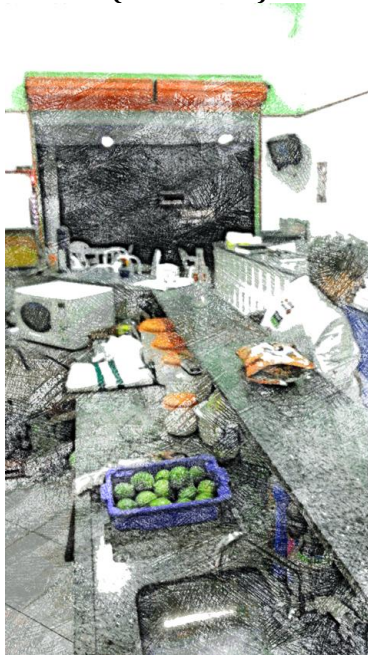
Fonte: autor

A ausência do princípio do Controle Natural de Acesso pode ser verificada

¹⁰ Estabelecimento Bar e restaurante de pequeno porte, vitimizado por roubo, em 07 de setembro de 2012, conforme BOPM N° 7354/12.

conforme imagens acima e abaixo, em que se visualiza o balcão de “Caixa” aos fundos e frontalmente assente ao balcão de atendimento, criando uma zona de aglomeração de pessoas e materiais constante, inibidora da plena visualização de quem chega ou sai do ambiente pelos funcionários.

Fotografia 6: Ausência de controle natural de acesso 3 – BAR E RESTAURANTE VISTA INTERNA (Zona Norte)



Fonte: autor

A edificação comercial abaixo, de mesma ocupação (comércio do tipo bar e restaurante), conforme entrevista com proprietário¹¹, nunca teve qualquer tipo de delito praticado contra si.

Fotografia 7: PRESENÇA DE Controle natural de acesso 1 – bar e restaurante VISTA EXTERNA (Zona Sul)



Fonte: autor

¹¹ Entrevista realizada com o Sr. André, em 08 de dezembro de 2.012.

Fotografia 8: PRESENÇA DE Controle natural de acesso 2 – bar e restaurante “DETALHE 1” (Zona Sul)



Fonte: autor

Fotografia 9: PRESENÇA DE Controle natural de acesso 3 – bar e restaurante “DETALHE 2” (Zona Sul)



Fonte: autor

Note-se, diante das duas imagens de detalhes, a existência de painel que emoldura madeiras e vãos intercalados, junto ao qual fica o balcão de “Caixa”, permitindo a percepção da aproximação de pessoas pelos seus vãos, garantindo-se, portanto, o cumprimento do princípio do controle natural de acesso.

Manutenção do Espaço

Complementar à estratégia do reforço natural, a manutenção do espaço é vital para uma estratégia de prevenção sustentável, dando-se por três maneiras: pela intervenção do proprietário ou usuário da edificação; graças ao apoio de moradores locais (da própria comunidade), e; de programas de manutenção municipais de modo que as autoridades públicas se tornem responsáveis em razão de suas ações, tais quais a limpeza e o paisagismo urbanos, sempre fazendo com que surjam vínculos fortalecidos tanto para um quanto para os outros, sendo seu melhor exemplo a própria Teoria das Janelas Quebradas ou Broken Windows Theory.

As imagens abaixo deixam bastante evidente o antagonismo entre a aplicação e a ausência deste princípio.

Fotografia 9: Ausência DO PRINCÍPIO de manutenção do espaço 2 – RESIDÊNCIA (Zona Norte)



Fonte: autor

Fotografia 10: PRESENÇA DO PRINCÍPIO DE manutenção do espaço – loja (Zona Sul)



Fonte: autor

Análise de locais vitimizados no município de Marília, SP

Em posse de tais informações, foram feitas análises de um total de 10 casos, 03 residenciais e 07 comerciais, escolhidos conforme definido acima.

Como exemplo da análise empregada, citamos o caso abaixo.

CASO: “RESIDÊNCIA” ZONA central

Dados do BO/PM:

Natureza: Furto à Residência / Flagrante;

Data/Hora: 07JAN12, 15h07min;

Ambiente: Casa. Marília/SP.

Histórico: “Pelo local, a solicitante havia deparado com um indivíduo no interior de sua residência ,no local deparamos com o qualificado [...] sentado sobre uma mochila na cor amarela e preta, sendo indagado o conteúdo da mochila ,respondeu se tratar de seus pertences, durante a busca na mochila a qualificada serene reconheceu alguns objetos que eram de sua propriedade ,diante dos fatos foi dado voz de prisão ao qualificado [...], e durante a busca pessoal foi localizado em seu bolso, 02 pinos de substância amarelada semelhante a crack, e um cachimbo, conduzido juntamente com os objetos e entorpecentes ao 5ºDP ,onde a autoridade policial civil ratificou a voz de prisão elaborando o auto de prisão em flagrante delito, qualificado [...] encaminhado a Cadeia Pública de Lúcia/SP, pesagem do crack

0,002kg”(SIC!) (BO/PM N° 2.287/12)

Bairro de uso múltiplo, porém a via na qual se insere é de alto fluxo veicular, bem como alta taxa comercial de edificações circunvizinhas.

MAPA 1 - CASO 3 “residência” Zona Sul: VISTA AÉREA



Fonte: Google maps ¹²

Fotografia 11: CASO “residência” Zona Central: FACHADA



Fonte: o autor

Veja-se que há cortina e totem de comunicação visual mal instalados, que pertenciam a um comércio anterior, mas que não foram removidos, apesar do retorno da edificação à sua ocupação original: casa.

Vigilância e controle natural de acesso:

Pelo receio da exposição que a janela frontal (do tipo “BayWindow”) permitia devido aos grandes painéis de vidro nela instalados (imagem abaixo), a residente não utilizava este ambiente, mantendo a cortina como se apresentava, valendo-se somente das demais acomodações.

A orientação dada à moradora e que fundamenta os princípios da APD é que, justamente por essa razão, pelos painéis de vidro, serve como um alarme: ao quebra-los, o delinquente se afugentaria do local. Tanto que, por vários meses em que lá habitava, confirmou que nunca tivera qualquer problema que vinculasse esse acesso – a invasão não

¹² Sítio: <<https://maps.google.com/>>. Acessado em 13 de janeiro de 2013.

deixou quaisquer marcas de arrombamento.

Saliente-se que essa não é uma verdade aplicável às janelas do tipo “vitrô” ou que possuam pequenos painéis com estruturas entre si: por essa razão, o som seria abafado, perdendo-se essa característica de alarme natural.

Fotografia 12: CASO “residência” Zona Central: Vista geral da via pública



Fonte: o autor

Fotografia 13: CASO 3 “residência” Zona Central: detalhe muro lateral vizinho



Fonte: o autor

As imagens acima e abaixo mostram a fragilidade da edificação quanto ao seu acesso: muros baixos que garantem o acesso ao telhado frontal, servindo como uma escada natural.

Fotografia 14: CASO “residência” Zona Central: Vista geral à esquerda



Fonte: o autor

A edificação não possuía numeração que a identificasse, sendo necessário compará-la com a numeração das edificações divisórias; não havia iluminação externa própria; em razão da ausência de permanência humana no ambiente frontal, não havia

visualização alguma da via pública, nem a impressão de que o local fosse habitado; o recuo da edificação sem grades garantia nichos e reentrâncias que poderiam servir como esconderijos; existência de paisagismo e muros que permitiam o acesso por escalada; cobertura acessível pela inexistência de fechamento junto ao alinhamento frontal, consoante aos muros e vegetação laterais, já tratados; aberturas desprovidas de mecanismos de proteção adicionais e confeccionadas em materiais de fácil rompimento, e; acessos contíguos às edificações vizinhas que permitiam escaladas.

A principal porta de acesso, embora não utilizada, já que se vincula ao ambiente sem utilização, é de madeira. Ainda que sejam as mais comuns, portas confeccionadas nesse tipo de material, já que se tratam de portas que dão acesso à área externa (e, portanto, constituindo-se em uma primeira linha de defesa), devem ser maciças e reforçadas, com ajustes bem feitos e encaixados na guarnição e batentes, de modo que a espessura e quantidade de frestas sejam mínimas, evitando-se a facilitação de inserção de alavancas para arrombamento.

Reforço territorial e manutenção do espaço:

Não há que se falar em manutenção: tudo se encontrava como há muito tempo: pintura descascada, vegetação sem cuidados, materiais da ocupação anterior ainda não retirados (cortina e totem já tratados). Calçamento destruído.

Fotografia 15: CASO “residência” Zona Central: detalhe do passeio público 1



Fonte: o autor

Fotografia 16: CASO “residência” Zona Central: detalhe do passeio público 2



Fonte: o autor

A situação aparente é de total desleixo com o próprio patrimônio, ainda que o gestor público mantivesse as condições favoráveis ao proprietário: iluminação pública próxima e, mesmo sob as condições técnicas explanadas acerca da iluminação de mercúrio, diretamente incidente sobre a edificação, além de vias asfaltadas e limpas, com vegetação de baixa altura que não criava pontos escuros.

Fotografia 17: CASO “residência” Zona Central: iluminação pública diante da edificação vitimizada



Fonte: o autor

Fotografia 18: CASO “residência” Zona Central: detalhe da iluminação pública



Fonte: o autor

Ao acessar o corredor lateral, verificou-se, apesar da certeza de estar ocupada, a confirmação da sensação de abandono, pela forma como o local era, assim, mantido.

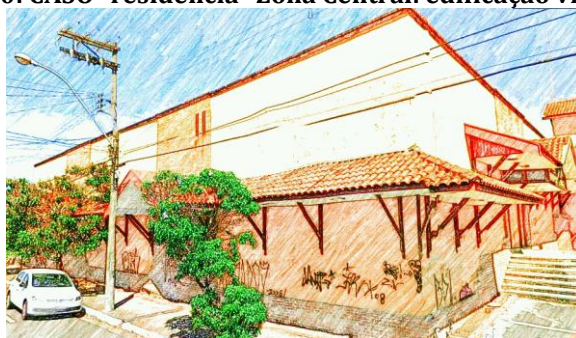
Fotografia 19: CASO “residência” Zona Central: corredor lateral interno



Fonte: o autor

Esse perfil apresentado pelos particulares não se coadunava com a preocupação do Município: a edificação vizinha imediatamente à frente da vitimizada estava abandonada, onde, outrora, fora um condomínio de lojas, uma espécie de galeria comercial, hoje bastante danificada, sem manutenção e repleta de pichações.

Fotografia 20: CASO “residência” Zona Central: edificação vizinha frontal



Fonte: o autor

Fotografia 21: CASO “residência” Zona Central: detalhe pichações



Fonte: o autor

Uma vez que a região é destinada preponderantemente a tipo único de ocupação

(residencial), não há que se falar do comprometimento da vizinhança no controle já que não lá estariam ou, estando, também estaria em repouso, o que poderia ser saneado com a previsão de usos múltiplos conjugados ao residencial (comércio e serviços).

Lembre-se que foi a escalada a forma pela qual o delinquente, provavelmente, se valeu para adentrar a edificação, em razão de ausência de marcas locais e conforme informação da moradora. A sugestão mais evidente seria a de que, uma vez retornando a ocupação ao seu uso original (residência), fossem instaladas grades frontais e junto ao alinhamento, sem quinas ou cantos transversais (para se evitar o efeito “escada”), com barras paralelas, bem estruturadas e em metal vigoroso, de modo que se evitasse o seu arqueamento pelo infrator da lei, além de vãos estreitos (que impossibilitassem a colocação dos pés deste entre eles).

Propostas

Analizados todos os casos, passou-se a diversas propostas, tais como gráficos ou ábacos para internalização dos princípios da APD pelos Policiais Militares, visando suprir uma pronta-resposta a um determinado cliente, quando solicitado; a própria gestão do conhecimento institucional, tornando o Policial Militar em um “virtuoso” nesse assunto, no máximo grau de habilidade e desempenho, com a inserção do tema nos cursos de formação, em seus estágios e cursos de qualificação, treinamento e desenvolvimento, mediante inclusão de matéria em pequena carga-horária; a criação de comunicação impressa (a exemplo de “flyers”, folders¹³, cartazes e cartilhas de orientação) tanto para o público proprietário e locatário (em situações comerciais) quanto o público em geral (em residências); palestras e seminários à ampla comunidade e a comunidades específicas de público especializado (arquitetos, engenheiros, universitários etc); divulgação setorial e apoio logístico junto aos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) e lideranças formadoras de opinião locais; entrevistas e inserções junto à comunidade, ampliando o alcance da mensagem e a capilarizando; o incentivo à participação de Policiais Militares em comissões de estudos urbanísticos, no sentido de auxiliarem as autoridades locais antecipadamente nas questões de segurança pública; criação de legislação específica, mediante convênio firmado entre Estado e Município, tal qual se dá com entre este e o Corpo de Bombeiros da PMESP; a criação de equipes de apoio no segmento privado, composto por um corpo fixo de funcionários a serem instruídos, de modo a garantir a perpetuação das informações dentro de ambientes nos quais haja grande fluxo de pessoas (centros de compras, “calçadões”, condomínios, entre outros); alteração no BO/PM, criando campo específico que permita a coleta de informações criminais afins às edificações vitimizadas¹⁴, podendo vir a fornecer subsídios riquíssimos acerca de um delito, e; criação de ambiente institucional e virtual (“site”) para orientações e esclarecimentos de dúvidas sobre os princípios da Arquitetura na Prevenção do Delito

¹³Modelo de proposta inserto na dissertação original e que deu origem ao presente artigo.

¹⁴ Modelo de proposta inserto na dissertação original e que deu origem ao presente artigo.

(APD).

Considerações finais

Diversos são os mecanismos e ferramentas a serem implementados. Fato é que todos eles partem de uma só premissa: a necessidade de tornar esse “expertise” comum aos integrantes da PMESP, de forma a garantir que a informação chegue a todo estado paulista, terreno próprio de atuação da Instituição.

O direcionamento de esforços, medidas e programas institucionais são, nesse caminho, elementos criadores de condições continuadas de aproximação que garantem, de forma mútua, o respaldo, a cooperação, a parceria e a participação nessa melhoria da qualidade de vida das pessoas. Entender as necessidades e incertezas dos cidadãos, principalmente daqueles que mais se valem dos serviços policiais, é compreender a dinâmica que, nesse caso, se coaduna com os espaços e suas características para ações delituosas ou não, sempre tendo como meta a antecipação do crime, prevenindo-o.

Tal qual os princípios de Polícia Comunitária, esse mesmo conhecimento está incorporado na execução das ações de polícia como forma de compreensão e entendimento mútuo das necessidades tanto edificatórias quanto urbanísticas de intervenção na garantia da ordem pública, que, em última instância, representa um ambiente organizado e saudável para se viver, postulando que a atuação conjunta das comunidades e da polícia nesse sentido tem efeitos mais salutareos no controle do ilícito penal e na manutenção de uma sociedade mais harmoniosa. Transformar esse conhecimento tácito em explícito foi a tentativa máxima, em última instância, do contido nesse trabalho.

Referências bibliográficas:

AMARO, Marcos Antonio. **Arquitetura contra o crime: PCAA – prevenção do crime através da arquitetura ambiental**. Rio de Janeiro: Marcos Antonio Amaro, 2005.

BALESTRERI, Ricardo. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia**. Passo Fundo, RS. CAPEC. Paster Editora, 1998.

COULQUHOUN, Ian. **Design Out Crime: Creating Safe and Sustainable Communities**. Oxford: Elsevier, 2004.

CROWE, Timothy D. **Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts**, 2 ed., Stoneham, Massachusetts, USA: Butterworth-Heinemann, 2000.

DINIZ, A. M. A. **A geografia do medo, reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte**. O Alferes, Belo Horizonte, v. 18, p. 119-133, 2003.

FELIX, Sueli A. **Geografia do Crime: análise dos espaços de crimes, criminosos e das condições de vida da população de Marília/SP**, Relatório de pesquisa, Retirado em 20/08/2012.

http://www.levs.marilia.unesp.br/GUTO/relatorios/relat_geral_pesquisa_1.pdf

GAMBARONI, Ricardo. **Gestão do Conhecimento e Aprendizado Organizacional na Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Monografia apresentada no Curso Superior de Polícia. São Paulo: Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2009.

REZENDE, João Batista. **Técnica de amostragem**. Belo Horizonte: Fundação JoãoPinheiro. Apostila distribuída para Curso Superior de Polícia. Belo Horizonte.1998.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for BrazilianStudies, 2006.

SACCONI, Luiz Antonio. **Grande Dicionário Sacconi da língua portuguesa: comentado, crítico e enciclopédico**. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SIQUEIRA, Marcos Tadeu Boldrin. **A Arquitetura Como Fator de Prevenção Primária: Análise de Edificações Residenciais e Comerciais na Cidade De Marília, SP**. Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2013.